



TCE-RN
Fls.: _____
Rubrica: _____
Matrícula: _____

**PROCESSO Nº: 17724/2017 – TC**

**INTERESSADO: SIGILOSO**

**ASSUNTO: DENÚNCIA**

**DESPACHO**

**DETERMINO** a atribuição de caráter seletivo ao caderno processual em tela (art. 2º da Resolução nº 009/2011 – TC), haja vista a presença dos requisitos de materialidade, risco e relevância, devendo a Diretoria de Expediente classificá-lo como tal.

Ato contínuo, **DETERMINO** desde já a expedição, via DAE, das seguintes comunicações:

a) **Notificação à Prefeitura Municipal de Guamaré, na pessoa do seu titular**, para que, em 72h (setenta duas horas), se manifeste acerca do pedido cautelar de abstenção de pagamento formulado no parágrafo 46, item II, da Informação Técnica nº 014/2018-ITCE (evento nº 10 - página 11);

b) **Citação da empresa Acquapura Ltda – EPP, CNPJ: 03.205.589/0001-52**, nos termos do inciso II, art. 184 da Resolução nº 009/2012/TCE, na qualidade de empresa contratada e por ter recebido, preliminarmente, valores de forma supostamente indevida, para apresentar defesa ou justificativa quanto aos apontamentos do parágrafo 45, itens I a VII das conclusões da supracitada Informação Técnica;

c) **Citação do então Prefeito Municipal, Sr. Hélio Willamy Miranda da Fonseca**, CPF: 852.482.904-49, nos termos do inciso II do art. 184 da Resolução nº 009/2012/TCE, na qualidade de gestor que contratou e ordenou o pagamento supostamente eivado de vício, para apresentar defesa ou justificativa quanto aos apontamentos do parágrafo 45 das conclusões da supracitada Informação Técnica, itens I a XVII;

d) **Citação do então Secretário Municipal de Obras e Serviços, Sr. Keke Rosberg Camelo Dantas**, nos termos do inciso II do art. 184 da Resolução nº 009/2012/TCE, na qualidade de gestor que requisitou e projetou o objeto da

despesa em tela, ofertando causa ao pagamento supostamente eivado de vício, para apresentar defesa ou justificativa quanto aos apontamentos do parágrafo 45 das conclusões da supracitada Informação Técnica, itens I a XVII;

e) **Citação do então Secretário Adjunto Municipal de Obras e Serviços, Sr. Paulo Luiz da Silva Filho**, CPF: 360.073.154-87, nos termos do inciso II do art. 184 da Resolução nº 009/2012/TCE, na qualidade de gestor que solicitou e atestou o pagamento supostamente eivado de vício, para apresentar defesa ou justificativa quanto aos apontamentos do parágrafo 45 das conclusões da supracitada Informação Técnica, itens I a V.

A comunicação deverá ocorrer, preferencialmente, por via fax ou por outro meio mais célere possível, desde que fique confirmada inequivocamente a entrega da comunicação aos destinatários nos termos na Lei Orgânica desta Corte de Contas, fazendo-se acompanhar de cópia da Informação lançada no evento 10, bem como do presente despacho.

**Cumpra-se com urgência.**

Natal/RN, 15 de fevereiro de 2018.

**(Documento assinado digitalmente)**

**Conselheira Maria Adélia Sales**  
**Relatora**